



*Beleiro da Centro-Serra*

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**

**PROJETO DE LEI Nº 029/2022**

**DE 06 DE ABRIL DE 2022.**

**INCLUI OS CARGOS DE BORRACHEIRO E AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO NAS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.094/1997.**

**Art. 1º.** Ficam inclusos os cargos de Borracheiro e Auxiliar de Consultório Dentário nas atividades insalubres e perigosas criada pela Lei Municipal nº 1.094/1997, em seu art. 1º, letra "A" insalubridade em grau médio (20%) § Único (Laudo Técnico de Insalubridade ou Periculosidade).

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**, em 06 de abril de 2022.



Assinado Eletronicamente por:  
VIVIANE REDIN MERGEN  
11/04/2022 11:30:30

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**VIVIANE REDIN MERGEN**  
Sec. Mun. da Administração,  
Planejamento, Ind., Com. e Turismo.



Assinado Eletronicamente por:  
MARCIANO RAVANELLO  
654.705.320-20  
11/04/2022 11:00:32  
**Prefeito Municipal de**  
**Arroio do Tigre**

**MARCIANO RAVANELLO,**  
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/04/2022 11:00:03-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp6254348754549>.  
POR MARCIANO RAVANELLO:65470532020 EM 11/04/2022 11:00





## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Ilustres Vereadores.

Trata-se de Projeto de Lei que tem por objetivo regularizar a legislação que determina quais atividades são insalubres e perigosas, incluindo os cargos de Borracheiro e Auxiliar de Consultório Dentário, que laboram em condições técnicas de insalubridade, periculosidade ou riscos diversos evitando, assim, a penalização pelo descumprimento de normas legais, de acordo com os fundamentos expostos no Laudo Técnico, elaborado pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho, e que consta em anexo que integra o presente projeto de lei.

A insalubridade é definida em função da exposição ao agente nocivo, levando em conta o tipo de atividade desenvolvida por estes cargos de Borracheiro e Auxiliar de Consultório Dentário, durante o curso de sua jornada de trabalho, o limite de tolerância, a taxa de metabolismo e respectivo tempo de exposição ao agente.

Com efeito, a matéria em evidência está disciplinada na Lei Municipal nº 2.954, de 24 de maio de 2018, onde existe a previsão do adicional de insalubridade e de periculosidade, *verbis*:

Art. 125. Os servidores que executam atividades insalubres fazem jus a uma gratificação sobre o vencimento básico do Padrão referencial 1, Classe 1, Nível I, do Quadro Geral dos Servidores.

Parágrafo único. As atividades insalubres ou perigosas serão definidas em regulamento próprio.

Art. 126. O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de uma gratificação respectivamente de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), segundo a classificação nos graus mínimo, médio e máximo.

Art. 127. Os servidores que executam atividades perigosas fazem jus a uma gratificação de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico do Padrão referencial 1, Classe 1, Nível I, do Quadro Geral dos Servidores.

Art. 128. As gratificações de insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por uma delas, quando for o caso.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**

Art. 129. A concessão do adicional de insalubridade ou periculosidade será precedida de laudo pericial realizado por médico ou engenheiro do trabalho, cessando com a eliminação das condições ou riscos que lhe deram causa, através da adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos níveis de tolerância e ou reduzidos através da utilização de equipamentos de proteção individual que diminuam a intensidade do agente insalubre, a limites de tolerância.

Na elaboração do Laudo Técnico a metodologia usada consistiu na visita *in loco*, na atividade de Borracheiro, lotado na Secretaria da Agricultura, Obras, Viação e Meio Ambiente, cabe a função de lavar máquinas pesadas, veículos e implementos agrícolas, reparar pneus, abastecer máquinas e trocar óleo lubrificante, conduzir, devidamente autorizado, não dar carona, portar a CNH atualizada e compatível quanto à categoria, tipo e capacidade da máquina ou veículo.

A revisão do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário função que é desenvolvida junto a Secretaria da Saúde, cabendo ao auxiliar no consultório dentário, organizar o material odontológico, higienizar a cadeira odontológica, auxiliar no atendimento de paciente, auxiliar na drenar abscesso, auxiliar nas aplicações de flúor e atividades preventivas de saúde odontológica, lavar, esterilizar, empacotar os materiais, o instrumental e equipamentos odontológicos usados no atendimento, registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal. O trabalho utilizou-se de avaliações qualitativas e quantitativas dos riscos químicos, físicos e biológicos. Estas avaliações foram realizadas por visita técnica nos postos de trabalho, no horário normal de serviço.

Salientamos ainda, que conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.094/97, em seu art. 4º, o servidor público que faz jus ao adicional de insalubridade, terá seu benefício cessado quando:

Art. 4º. Cessará o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade quando:

I – a insalubridade ou periculosidade for eliminada ou neutralizada pela utilização de equipamento de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleráveis e seguros;





*Beleiro da Centro-Serra*

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**

II – o servidor deixar de trabalhar em atividade insalubre ou perigosa;

III – o servidor negar-se a usar equipamento de proteção individual.

§ 1º. A eliminação ou neutralização de insalubridade e periculosidade nos termos do inciso I deste artigo será baseado em laudo perito.

§ 2º. A perda do adicional nos termos do inciso III deste artigo não impede a aplicação da pena disciplinar cabível nos termos do Regime Jurídico dos Servidores do Município.

Ademais, merece ser salientado ainda que a atual Administração vem tomando medidas tendentes a melhorar as condições dos locais de trabalho, tomando ainda medidas para eliminar e ou neutralizar os efeitos nocivos à saúde do trabalhador, através da aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro de limites toleráveis e seguros.

No aspecto legal, o projeto de lei não traz novidades, já que o adicional tem previsão legal no Estatuto dos Servidores e vem sendo pago no Município desde 1997.

Diante do exposto, solicita-se que o Projeto de Lei seja recebido e distribuído às respectivas Comissões para posterior apreciação pelo Plenário dessa egrégia Câmara para apreciação e votação, pugnando-se ao final, pela aprovação do presente Projeto de Lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**, em 06 de abril de 2022.



Assinado Eletronicamente por:  
VIVIANE REDIN MERGEN  
11/04/2022 11:30:04

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**VIVIANE REDIN MERGEN**  
Sec. Mun. da Administração,  
Planejamento, Ind., Com. e Turismo.



Assinado Eletronicamente por:  
MARCIANO RAVANELLO  
654.705.320-20  
11/04/2022 11:01:39  
**Prefeito Municipal de Arroio do Tigre**

**MARCIANO RAVANELLO**,  
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/04/2022 11:01 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/pe25434d0c3726>.  
POR MARCIANO RAVANELLO:65470532020 EM 11/04/2022 11:01

